



## **ATA DE REUNIÃO – COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

**Sessão Ordinária nº 001/2024**

**Data:** 01 de fevereiro de 2024.

**Hora:** 14:00h

**Local:** Sala nº 408 do 4º andar do IPAJM.

**Presenças:**

Lucas José das Neves Rodrigues - Membro do Comitê de Investimentos;  
Roseane Dalvi Pedruzzi de Jesus - Membro do Comitê de Investimentos;  
Tatiana Gasparini Silva Stelzer - Membro do Comitê de Investimentos.

**Ordem do Dia:**

1. Cenário Político e Econômico Interno e Cenário Econômico Externo (EUA, Europa e China);
2. Alocação e ou Realocação de Recursos;
3. Acompanhamento dos Recursos Investidos;
4. Eleição do Suplente do Coordenador do COMIN;
5. Assuntos Gerais.

**Item 01 – Cenário Político e Econômico Interno e Cenário Econômico Externo (EUA, Europa e China):**

No primeiro dia de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 14:00 horas, na sala 408 (quatrocentos e oito) da sede do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM, ocorreu a 01ª (primeira) Reunião Ordinária dos Membros do Comitê de Investimentos. O **Sr. Lucas José das Neves Rodrigues** iniciou sua fala analisando o cenário político interno. Segunda, dia 22/01/2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, que prevê despesas totais de aproximadamente R\$ 5,5 trilhões. A LOA estima a receita e fixa a despesa dos 3 Poderes para o exercício financeiro do ano. A maioria dos gastos federais continuará sendo com o refinanciamento da dívida pública, cerca de R\$ 1,7 trilhão. Vale destacar alguns dos principais pontos do orçamento, como o crescimento dos investimentos em saúde em 18%, o aumento de 11% nos recursos para a educação e de 30% para ciência e tecnologia. O texto destina cerca de R\$ 55 bilhões em 2024 para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Quase R\$ 170 bilhões para o Programa Bolsa Família em 2024. Já na segunda, dia 29/01/2024, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, que o debate sobre o cumprimento da meta fiscal em 2024 será trabalhado com o apoio do Congresso Nacional e do Poder Judiciário. Também encaminhou ao Legislativo no final do ano a medida provisória 1.202 que reonera gradualmente a folha de pagamentos de 17 setores, extingue o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e revoga outros benefícios fiscais. Em sua fala, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou que a agenda do Congresso Nacional neste ano é fazer um amplo debate sobre a arrecadação e os gastos públicos do governo. Do lado das receitas, a ideia é a regulamentação da reforma tributária, enquanto, dos gastos, além da discussão da reforma tributária, um debate mais amplo sobre as despesas públicas, em geral, complementa que: “Uma discussão que nós não podemos escapar dela, nesse ano de 2024 é referente aos gastos públicos do Brasil”. Pacheco mencionou a importância de emendas parlamentares terem mais foco em obras estruturantes, sem engessar o trabalho parlamentar. Na pauta de 2024, estão ainda temas como inteligência artificial, o problema das drogas no País, lei de seguros, dentre outros, segundo o



presidente do Senado. Ele também defendeu o fim da reeleição no Brasil e um mandato um pouco mais longo, de cinco anos. Sobre um panorama para 2024 se destaca, a capacidade de o governo em expandir as receitas de forma recorrente como forma de testar o novo arcabouço fiscal já em seu ano de estreia, conforme alerta da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado. A IFI pontua que o novo arcabouço fiscal foi instituído para reverter o déficit inicial, ancorando expectativas e trabalhando a trajetória da dívida, tirando o foco exclusivamente do corte de despesas para defender um equilíbrio entre os gastos e a arrecadação. O documento alerta para o risco de o arcabouço sofrer frequentes modificações caso o governo se depare com desafios fiscais, como aconteceu com as regras anteriores. Mas pondera que, como a norma atual é mais flexível, o descumprimento da meta por si só não é motivo para perda de credibilidade do arcabouço. A IFI projeta para 2024 um avanço do PIB de 1,2% — abaixo da expectativa do mercado (1,59%, segundo o boletim Focus desta semana) e também do Ministério da Fazenda (2,2%) e do Banco Central (1,7%). A avaliação da IFI é que, após surpresas positivas na economia em 2023, como mínimos históricos na taxa de desemprego, expansão do agro e desaceleração da inflação, a redução desses impulsionadores em 2024 tende a breçar o crescimento do PIB. O presidente Lula já deixou claro que não deseja contingenciar. Para não haver nenhum contingenciamento, a meta terá que ser revista de 0% para déficit 1% do PIB. Em conjunto com essa declaração, o governo federal lançou uma nova política industrial na segunda-feira, dia 22/01/2024. Trezentos bilhões de reais serão destinados, até 2026, ao financiamento de investimentos, que podem reverter parte da desindustrialização registrada nos últimos anos. A divulgação da iniciativa foi, como era de se esperar, recebida com críticas pela imprensa comercial e pelo sistema financeiro. E como já esperado, o retorno do recesso do congresso em fevereiro já iniciará pautando 20 medidas provisórias-com destaques para, a matéria mais polêmica, que reonera a folha de pagamentos de 17 setores da economia. Dessas, dez medidas abrem créditos extraordinários para diversos órgãos públicos. Juntas, as matérias somam mais de R\$ 96 bilhões. Outra proposição que merece destaque é a MP 1197/23. Ela prevê mais de R\$ 879,2 milhões para a compensação financeira aos estados e ao Distrito Federal após a queda de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O governo ainda prepara a "Mensagem ao Congresso Nacional 2024", que será enviada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aos parlamentares na abertura do ano legislativo, na segunda-feira (5/02/2024). Nela, o Executivo deverá defender o foco na reforma da tributação da renda, na segunda fase da reforma tributária, além do aumento da oferta de crédito. O documento, enviado anualmente pelos presidentes ao parlamento, lista pautas prioritárias e balanço de ações já realizadas. O texto deste ano ainda não foi finalizado pela Casa Civil da Presidência da República, mas, quando for entregue, deve sair das mãos do ministro-chefe da pasta, Rui Costa (PT). Uma versão preliminar da redação lista algumas ações prioritárias, como: medidas para aumentar a oferta e diminuir o custo do crédito; construir a segunda etapa da reforma tributária, focando na tributação sobre a renda; projetos para a transformação ecológica; aperfeiçoamento da tributação de produtos financeiros. Passada a palavra à **Sr<sup>a</sup>. Roseane Dalvi Pedruzzi de Jesus**, a mesma iniciou sua análise comentando sobre o cenário atual. O ano começou com os investidores monitorando as projeções em relação à economia brasileira em 2024. Dentre as principais expectativas avaliadas, estão a do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), da inflação, da taxa de juros e do câmbio. O Fundo Monetário Internacional (FMI) está mais otimista com o Brasil e vê o país crescendo 1,7% neste ano, contra projeção anterior de 1,5%. Ainda assim, a economia brasileira deve desacelerar frente a 2023, quando deve ter avançado 3,1%. O Fundo estima que o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresça 1,9% em 2025, projeção inalterada frente às estimativas divulgadas pelo organismo em outubro do ano passado. O FMI aponta três razões principais para o maior crescimento da economia do Brasil em 2023: a expansão da agricultura, a resiliência do setor de serviços e o aumento do consumo. A desaceleração do crescimento prevista para 2024 em relação a 2023 é justificada principalmente pela queda esperada do valor adicionado da agropecuária, penalizada por fatores climáticos adversos. O Brasil enfrenta desafios significativos na produção agrícola em 2024 devido às anomalias climáticas associadas ao fenômeno El Niño,



impactando diretamente culturas sensíveis à disponibilidade de água, como soja, milho, café e cana-de-açúcar. A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do país – teve redução, passando de 3,86% para 3,81% este ano. A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) teve em janeiro alta de 0,31%, depois de ter subido 0,40% em dezembro. A leitura do indicador, considerado uma prévia da inflação oficial medida pelo IPCA foi inferior a expectativa do mercado que era de alta de 0,47%. O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) registrou uma variação de 0,07% em janeiro, demonstrando uma redução em relação ao mês anterior, quando apresentou uma alta de 0,74%. Com esse resultado, o índice acumula queda de 3,32% nos últimos 12 meses. Em janeiro de 2023, o índice tinha registrado alta de 0,21% no mês e acumulava aumento de 3,79% em 12 meses anteriores. O preço do dólar variou de R\$ 4,85 em 28/12/2023 para R\$ 4,94 em 31/01/2024. O Ibovespa terminou janeiro com uma queda de 4,79%, aos 127.752 pontos, a maior desvalorização para o mês desde 2016. Liderando as vendas, estão os investidores estrangeiros e os institucionais, como os grandes fundos de investimentos. Destaque para a despedida das ações da Gol, expulsas dos índices da B3 por causa de recuperação judicial aberta nos Estados Unidos sexta-feira (26) passada. O governo federal registrou um déficit primário de R\$ 230,5 bilhões em 2023, ou 2,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo o Tesouro, o resultado foi impactado pelo pagamento de precatórios. Em 2023, foram pagos aproximadamente R\$ 92,4 bilhões em razão de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em novembro. O Supremo determinou que a União quitasse a dívida com precatórios acumulada em 2022, em razão da "PEC dos Precatórios", que limitou esses gastos. Na primeira reunião de 2024 que aconteceu no dia 31 de janeiro de 2024, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu reduzir a taxa Selic em 0,5 ponto percentual, de 11,75% ao ano para 11,25% ao ano. Este foi o quinto corte seguido na taxa básica de juros, que começou a recuar em agosto de 2023. O Copom é formado pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e por oito diretores da autarquia. A reunião da última quarta, foi a primeira com a nova composição do colegiado. Passada a palavra a **Sra. Tatiana Gasparini Silva Stelzer**, a mesma iniciou seu comentário acerca do mercado externo falando sobre o foco voltado para a reunião de política monetária do Federal Reserve (FED) que decidiu manter o nível da taxa básica de juros do país. De acordo com a decisão divulgada nesta quarta-feira (01/02/2024), a taxa de juros ficou na banda entre 5,25% e 5,50% ao ano. Foi a quarta reunião consecutiva que a taxa se manteve neste patamar. No comunicado divulgado após reunião, não há pistas claras de quando o Fed poderá iniciar o ciclo de cortes de juros. Para os diretores do BC americano, os indicadores recentes sugerem que a atividade econômica se expandiu a um ritmo sólido — o PIB do último trimestre de 2023 variou 3,3%, acima dos 2% esperados. O PCE, índice de preços relacionado ao consumo e considerado pelo Fed o mais preciso para observar a tendência, fechou o ano com taxa anualizada de 2,9%, a menor em mais de dois anos. E as medidas de núcleos de 3 e de 6 meses estão abaixo da meta de inflação oficial de 2%. Além disso, o comitê também ressaltou que os dados de emprego, apesar de mais moderados, permanecem fortes, enquanto a taxa de desemprego permaneceu baixa. Em termos de inflação, a situação ficou ainda mais cômoda. A parte da inflação relacionada a serviços, que está mais associada ao mercado de trabalho, segue alta. Apesar da desaceleração recente, o mercado de trabalho ainda está aquecido, mantendo salários crescendo acima da produtividade, o que pressiona custos e força o aumento inflacionário. **Na Europa**, no ano passado, o cenário econômico alemão foi afetado pela inflação, pela alta nos preços da energia e por uma demanda externa mais fraca. Ainda houve um problema fiscal que levou a grandes cortes de subsídios. A confiança das empresas alemãs teve uma inesperada piora em janeiro, caindo pelo segundo mês seguido, em um momento no qual a maior economia da Europa tenta evitar uma recessão e o curto período de otimismo dá lugar à expectativa de que vem mais um ano fraco pela



frente. O instituto Ifo disse que seu índice de clima de negócios caiu para 85,2, contra 86,3 em dezembro. Especialistas em pesquisa da Reuters esperavam uma melhora no índice para 86,7 em janeiro. A economia alemã está estagnada na recessão e a tentativa de retomar o otimismo que aconteceu em um breve período de 2023, durou pouco. O PIB da Alemanha caiu 0,3% em 2023 e a expectativa é que em 2024 tenha uma recessão de -0,3%. **Na China** entre os principais desafios estão a questão demográfica, com a população envelhecendo, encolhendo e diminuindo a força de trabalho, e a profunda crise no setor imobiliário (como a ordem de liquidação da gigante do setor imobiliário Evergrande). O nível de endividamento das companhias chinesas, está muito alto e isso pode afetar o sistema financeiro asiático. A China dá cada vez mais sinais de esgotamento do modelo econômico. É difícil dizer quando teremos um problema mais sério, mas é muito importante ficarmos atentos aos dados da economia chinesa. As ações da China continuam em queda livre. O CSI 300, o principal índice de Xangai, entrou em seu quarto ano de queda sucessiva, com uma perda acumulada no ano de 4,6%. Desde o pico, em fevereiro de 2021, o mergulho supera 40%. Em 2023, as Bolsas de Xangai e Hong Kong tiveram o pior desempenho entre os principais mercados globais. A perda de valor acumulada desde 2021 ultrapassa US\$ 6 trilhões. O medo do Governo Chinês estatizar as empresas afasta os investidores da bolsa, mesmo com os preços baixos, há poucos compradores, pois o risco de comprar e não levar assombra o mercado.

#### **Item 02 – Alocação e ou Realocação de Recursos**

As realocações ocorridas do dia 29 de dezembro até a presente data foram as descritas abaixo:

- RESGATE no dia 12/01/2024 de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) do Fundo Liquidez do Banestes, conta 12.093.720 do Fundo Previdenciário
- APLICAÇÃO no dia 12/01/2024 de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) no Fundo Invest Public do Banestes, conta 12.093.720 do Fundo Previdenciário

#### **Item 03 – Acompanhamento dos Recursos Investidos:**

O Comitê de Investimentos, buscando transmitir maior transparência em relação às análises dos investimentos do Instituto e, em consequência, aderindo às normas do Pró-Gestão, elabora o “Relatório de Análise de Investimentos IPAJM”. Este relatório já foi encaminhado à SCO – Subgerência de Contabilidade e Orçamento, para posterior envio para análise do Conselho Fiscal do IPAJM. Segue abaixo um resumo relativo aos itens abordados no Relatório supracitado de dezembro de 2023:

- 1) Acompanhamento da rentabilidade - A rentabilidade consolidada dos investimentos do Fundo Previdenciário em dezembro de 2023 foi de 1,65%, ficando 0,70 pontos percentuais acima da meta atuarial para o décimo segundo mês de 2023;
- 2) Avaliação de risco da carteira - O grau de variação nas rentabilidades está coerente com o grau de risco assumido, ou seja: 0,94%;
- 3) Execução da Política de Investimentos – As movimentações financeiras realizadas no mês de dezembro de 2023, estão de acordo com as deliberações estabelecidas em conjunto com a Diretoria de Investimentos, bem como com a legislação em vigor;
- 4) Aderência a Política de Investimentos - Os recursos investidos, abrangendo a carteira consolidada, que representa o patrimônio total do RPPS sob gestão, estão aderentes à Política de Investimentos para



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS**  
**SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**IPAJM**



o ano de 2023, respeitando o estabelecido na legislação em vigor e dentro dos percentuais definidos, exceto o percentual de Títulos Públicos que está um pouco abaixo do mínimo estabelecido na Política de Investimentos 2023, pois no momento estamos impedidos de efetuar novas compras, até que seja feito o credenciamento das instituições, corretoras, fundos de investimentos e demais agentes financeiros afetos à área de investimentos do Instituto, em virtude da nova legislação sobre o assunto.

**Item 04 - Eleição do Suplente do Coordenador do COMIN;**

No dia cinco de setembro do ano de dois mil e vinte e três, durante a 8ª (oitava) Reunião Ordinária dos Membros do Comitê de Investimentos foram definidos o Coordenador e o Suplente de Coordenador do COMIN. Devido a saída do Coordenador do COMIN, sr. Bruno Tamanini Lopes a Sra. Tatiana Gasparini Silva Stelzer, antes Suplente de Coordenador, passou a ocupar a função de Coordenador, pelo período restante, iniciado em 05/09/2023. Com isso foi realizada nova eleição para Suplente, ganhando por unanimidade o Sr. Lucas José das Neves Rodrigues, em atendimento ao artigo sexto do Regimento Interno do Comitê de Investimentos, publicado no Diário Oficial do Estado em 02/08/2023. O período de duração de investidura nas funções de Coordenador Geral do Comitê e de seu Suplente, será até 04/09/2024, quando se encerra o ciclo de 12 meses da primeira eleição, e quando haverá nova escolha para as supracitadas funções, em que todos os membros poderão participar como candidatos.

**Item 05 – Assuntos Gerais:**

No dia 22 de janeiro a Sra. Tatiana Gasparini Silva Stelzer, representando o Comitê de Investimentos, junto com a Diretoria de Investimentos, receberam o Sr, Sung Y. Kim, da Mirae Asset, que veio fazer uma apresentação da empresa e falar sobre alguns fundos de investimentos.

No dia 15/02/2024 receberemos Cupom de Juros dos Títulos Públicos aplicados e iremos sugerir uma reunião com a Diretoria de Investimentos, antes desta data, para deliberarmos sobre a aplicação do valor recebido.

**Considerações Finais:**

No dia 11 de janeiro de 2024, de acordo com a publicação da Portaria nº 008-S de 10 de janeiro de 2024, o Sr. Bruno Tamanini Lopes foi destituído do Comitê de Investimentos, e no dia 29 de janeiro de 2024, foi designado para integrar o Comitê de Investimentos, através da publicação da Portaria nº 016-S de 26 de janeiro de 2024, o servidor efetivo do IPAJM Sr. Lucas José das Neves Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Roseane Dalvi Pedruzzi de Jesus, lavrei a presente Ata, assinada pelos membros presentes do Comitê de Investimentos.

**Roseane Dalvi Pedruzzi de Jesus**  
Membro do Comitê de Investimentos

**Lucas José das Neves Rodrigues**  
Membro do Comitê de Investimentos

**Tatiana Gasparini Silva Stelzer**  
Membro do Comitê de Investimentos

**ASSINATURAS (3)**

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**ROSEANE DALVI PEDRUZZI DE JESUS**  
MEMBRO DE COMITE DE INVESTIMENTOS  
SAR - IPAJM - GOVES  
assinado em 09/02/2024 13:01:36 -03:00

**TATIANA GASPARINI SILVA STELZER**  
MEMBRO (COMITE DE INVESTIMENTOS)  
IPAJM - IPAJM - GOVES  
assinado em 09/02/2024 13:21:07 -03:00

**LUCAS JOSÉ DAS NEVES RODRIGUES**  
MEMBRO DE COMITE DE INVESTIMENTOS  
SFX - IPAJM - GOVES  
assinado em 09/02/2024 13:08:35 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 09/02/2024 13:21:07 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por ROSEANE DALVI PEDRUZZI DE JESUS (MEMBRO DE COMITE DE INVESTIMENTOS - SAR - IPAJM - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-2JCDHG>